



Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Versão: 01/2013

Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. PONTOS DE ATENÇÃO E PREMISSAS ESPECÍFICAS.....	3
i. Ativos e Passivos Regulatórios.....	3
ii. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público.....	3
iii. Ativo Imobilizado.....	4
iv. Custos e Despesas Operacionais Regulatórias.....	4
3. CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	6
4. PROGRAMA DE TRABALHO.....	10

1. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, no seu art. 7º, § 3º, estabeleceu a obrigatoriedade das demonstrações contábeis regulatórias serem acompanhadas de relatório de auditoria denominado “Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados” emitido por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

Como ponto de partida, a SFF apresenta abaixo alguns elementos do Balanço Patrimonial Regulatório e da Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória, que deveriam ser alcançados no escopo de auditoria regulatória. Considerando que a base contábil até 31/12/2011 já foi objeto de análise pela auditoria, os procedimentos de auditoria a serem aplicados para as demonstrações contábeis do exercício social de 2012 deverão se restringir a movimentação contábil entre 31/12/2011 e 31/12/2012, devendo ser observado os casos das empresas que passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária ao longo do ano de 2012, tendo portanto uma nova base homologada com reflexos na contabilidade regulatória. .

2. PONTOS DE ATENÇÃO E PREMISSAS ESPECÍFICAS:

i. Ativos e Passivos Regulatórios

Considerando que na convergência às normas internacionais (IFRS) não houve correspondência nas referidas normas o tratamento dos ativos e passivos regulatórios, estes permaneceram registrados apenas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Da mesma forma que já vinha sendo feito na preparação das demonstrações societárias até 31.12.2008, o auditor independente na aplicação dos procedimentos previamente acordados deverá dar atenção especial para esses temas.

ii. Obrigações Vinculadas ao Serviço Público (Obrigações Especiais)

A partir do 2º ciclo de revisão tarifária as quotas de reintegração acumulada das obrigações vinculadas devem ter como contrapartida a despesa de depreciação para que o efeito no resultado seja anulado, uma vez que esse valor não é mais considerado na tarifa.

Considerando a especificidade desse subgrupo contábil e que está sendo apresentado nas demonstrações contábeis societárias como conta redutora do ativo financeiro de indenização das concessionárias de distribuição e de transmissão, o auditor independente deverá dar atenção especial para esse tema, na aplicação dos procedimentos previamente acordados.

- Certificar que não esteja havendo baixa do saldo das obrigações vinculadas à concessão sem autorização da ANEEL. Esse subgrupo deve sofrer apenas amortização.

- Algumas concessionárias de distribuição passaram em 2012 pelo terceiro ciclo de revisão tarifária. Na aplicação dos procedimentos previamente acordados o auditor independente deverá atentar se a receita de ultrapassagem de demanda e potência reativa está sendo classificada no grupo de obrigações especiais de acordo com o PRORET.

iii. Ativo Imobilizado

Com a adoção da ICPC 01 – Contratos de Concessão na contabilidade societária, o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico., As premissas específicas para o ativo imobilizado regulatório são:

- garantir que o ativo imobilizado não seja afetado pela ICPC – 01.

- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL

→ Para o registro contábil da reavaliação regulatória, deverá ser utilizado o valor contábil, auditado, na data-base de 31/12/2011, mais as movimentações até 31/12/2012. Deverão também ser considerados os eventuais valores homologados pela ANEEL ao longo do ano de 2012 (3º CRTP). Os efeitos dessa reavaliação regulatória compulsória deverão ser refletidas no exercício de 2012, independentemente de a empresa ter implementado o controle patrimonial nos moldes da Resolução nº 367/09.

→ O novo valor contabilizado será atualizado somente na ocasião da revisão tarifária conforme a data da revisão de cada empresa.

→ Para as empresas que não estão sujeitas à revisão tarifária os valores considerados serão os custos históricos.

iv. Custos e Despesas Operacionais Regulatórios

Para definição dos custos e despesas operacionais regulatórios, na metodologia de revisão tarifária do 3º ciclo foram considerados nas simulações os dados contábeis obtidos do Balancete Mensal Padronizado e Relatório de Informações Trimestrais. Dentre os dados estão os gastos com pessoal, administradores, material, serviços de terceiros, arrendamentos e aluguéis, seguros, tributos e outros. Ressalta-se a importância na qualidade da informação contábil visto que é insumo para as análises da

Superintendência de Regulação Econômica da ANEEL na formação tarifária. As rubricas acima deverão ser objeto de análise do auditor, que atentará se o comportamento dos gastos está em conformidade com as práticas contábeis aceitas. Caso esse ponto já esteja previsto no escopo da auditoria societária, deverá ser excluído para não haver retrabalho.



Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	2012			2011		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica						
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Elétrica						
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo						
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica						
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada						
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas ¹						
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL						
9		Tributos e Encargos						
10	611.0X.6.X.21	Federais						
11	611.0X.6.X.22/3	Estaduais e Municipais						
12	611.05.7.1.06/7							
13		Encargos - Parcela "A"						
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR						
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D						
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE						
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC						
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE						
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)						
20		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
21		CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – Parcela "A"						
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda						
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda – Proinfa						
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.						
25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização						
26	615.0X.1.9.37	CFURH						
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica						
28	615.0X.X.X.12	Combustíveis						
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC						
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS						
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B" ²						
32	615.0X.X.X.01	Pessoal						
33	615.0X.X.X.02	Administradores						
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros						
35	615.0X.X.X.11	Material						
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis						
37	615.0X.X.X.93	Tributos						
38	615.0X.X.X.92	Seguros						
39	615.0X.X.X.99	Outros						
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos						
41	615.0X.X.X.95	Provisões - Outras						
42	615.0X.X.X.53	Depreciação						
43	615.0X.X.X.55	Amortização						
44	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada						
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO						
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO						
47	631 (-) 631.06.1.2	Receita Financeira						
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira						
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalência Patrimonial						
50	671/5	Resultado Não Operacional						
51		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL						
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda						
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social						
54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada						
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio						
56		LUCRO (PREJUÍZO)						

¹ Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

² Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se referam às Atividades Não Vinculadas (615.06)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

1 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	2012			2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUST E TUSD						
Descontos Irrigação e Aquicultura						
Subsídios Baixa Renda						
Compens. Financ. Interrup. Fornecimento						
Outros Ajustes						
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2 Despesas pagas antecipadamente

	2012			2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA						
Revisão tarifária						
Sobrecontratação						
Subvenção baixa renda - perdas						
Neutralidade dos encargos setoriais						
Diferenças PLPT						
Outros componentes financeiros						
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

3 Créditos fiscais diferidos

	2012	2011
IRPJ Diferido		
CSLL Diferido		
PIS Diferido		
COFINS Diferido		
	<u>-</u>	<u>-</u>

4 Investimentos

	2012	2011
	<u>-</u>	<u>-</u>

5 Imobilizado

	2012	2011
Em serviço		
Terrenos	-	-
Reservatório, Barragem e Adutoras	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-
Veículos	-	-
Móveis e Utensílios	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
(-) Reintegração Acumulada		
Reservatório, Barragem e Adutoras	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-
Veículos	-	-
Móveis e Utensílios	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Em curso		
Terrenos	-	-
Reservatório, Barragem e Adutoras	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-
Veículos	-	-
Móveis e Utensílios	-	-
A Ratear	-	-
Estudos e Projetos	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-
Material em Depósito	-	-
Compras em Andamento	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Depósitos Judiciais	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Imobilizado		

6 Intangível

Em serviço	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Em curso	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

7 Passivos Regulatórios

	2012			2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Descontos TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste tarifário	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação	-	-	-	-	-	-
Subvenção baixa renda - ganhos	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

8 Reserva de avaliação patrimonial

	2012	2011
Ajuste a valor de mercado	-	-
IR	-	-
CS	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

9 Lucro (prejuízo) acumulado

	2012	2011
Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

10 Receita Operacional Bruta

	2012	2011
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-
Residencial	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Rural	-	-
Poderes Públicos	-	-
Iluminação Pública	-	-
Serviço Público	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

11 Receita de Atividade Não Vinculada

	2012	2011
	-	-
	-	-
	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

12 Outras Receitas Vinculadas

	2012	2011
	-	-
	-	-
	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

12 Custos não gerenciáveis – Parcela "A"

Explicar os efeitos dos CPC's	-	-
	-	-
	-	-

13 Resultado Extra-Concessão

Detalhar o resultado e explicar os efeitos dos CPC's	-	-
	-	-
	-	-

4. PROGRAMA DE TRABALHO

Procedimentos	Referência ao papel de trabalho	Executado (nome, cargo, visto e data)	Revisado (nome, cargo, visto e data)
<p>I. Imobilizado</p> <p>1) Confrontar as informações de 31/12/2012 e de 31/12/2011 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).</p> <p>2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2011 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).</p> <p>3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2011 e confrontar saldos e as informações das movimentações de 2012 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).</p> <p>4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação / amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.</p> <p>5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e</p>			

<p>transmissora).</p> <p>6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou,transmissora, do ano de 2012 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.</p> <p>7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2012 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.</p> <p>8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço;</p> <p>9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).</p>			
<p>II. Obrigações Especiais</p> <p>1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2012 e de 31/12/2011 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.</p> <p>2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2011 e confrontar o saldo em 31/12/2012 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do</p>			

<p>imobilizado/obrigações especiais.</p> <p>3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle immobilizado/obrigações especiais.</p> <p>4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2011.</p> <p>5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2011 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.</p> <p>6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle immobilizado/obrigações especiais.</p> <p>7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).</p>			
<p>III. <u>Ativos e passivos regulatórios</u></p> <p><u>III.a) CVA e itens financeiros</u></p> <p>1) Obter planilha com saldos de 31/10/2011, a movimentação de 2012 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2012 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2012.</p> <p>2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.</p> <p>3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos</p>			

<p>regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).</p> <p>4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).</p> <p>5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).</p> <p>6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).</p>			
<p><u>III.b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º. Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2012.</u></p> <p>1) Obter planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações financeiras regulatórias.</p> <p>2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.</p> <p>3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).</p>			
<p>IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado</p> <p>1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas</p>			

<p>demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.</p> <p>2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2012.</p> <p>3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).</p>			
---	--	--	--

Inserir no Relatório ao final:

“Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.”

Aprovação do sócio responsável (nome, visto e data):